



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**COMITÊ DE GOVERNANÇA GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE**

---

**ATA de Reunião** do Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controle (CGGRC), da Universidade Federal de Alagoas, realizada nos dia 19 de agosto de 2020, a partir das 08 horas, por **web conferência**, na sala <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/josealdo>

1 Aos dezanove dias do mês de agosto de dois mil e vinte, por webconferência, na sala  
2 <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/josealdo>, reuniu-se o Comitê de Governança, Gestão de  
3 Riscos, Controle e Integridade(CGGRCI), por meio de convocação para reunião não presencial,  
4 sob a presidência do Magnífico Reitor da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, prof. Dr.  
5 Josealdo Tonholo, e com a presença dos seguintes membros: Eliane Aparecida Holanda  
6 Cavalcanti (Vice-Reitora), Alexandre Lima Marques da Silva (Proest), Clayton Antônio Santos  
7 da Silva (Proex), Renato Luís Pinto Miranda (Proinst), Iraíldes Pereira Assunção (Propep),  
8 Wellington da Silva Pereira (Progep), Reinaldo Cabral Silva Filho (NTI), Thyago Bezerra  
9 Sampaio (Auditoria); Dilson Ferreira (Sinfra), Márcia Rejane de Alencar Gonçalves Ferreira  
10 (Ascom), Melchior Carlos do Nascimento (Assessor do Reitor), Rafaelly Aguiar (Assessora  
11 Técnica do Gabinete), Marcia Cristina da Silva (Assessora da Vice-Reitora) e Raphaela Alencar  
12 Calheiros (substituição à Wanessa Simões – Ordenadora de Despesas- GVR)**1. ABERTURA E**  
13 **VERIFICAÇÃO DE QUORUM:** havendo número legal, o Reitor, prof. Josealdo Tonholo,  
14 cumprimentou e agradeceu a presença de todos, abrindo a reunião.**2. APROVAÇÃO DA ATA**  
15 **DA REUNIÃO ANTERIOR.** A ata foi aprovada por unanimidade, sem acréscimos ou  
16 sugestões de alteração. **3. PROCESSO 23065.0065509/2020-56: ANÁLISE DO PLANO DE**  
17 **INTEGRIDADE DA UFAL.** O prof. Dr. Melchior Nascimento, Assessor do Gabinete Reitoral,  
18 apresentou o Plano de Integridade a todos os presentes e destacou que a nova estrutura  
19 organizacional da Ufal, definida pelo SIORG, deve ser atualizada com vistas a constar no  
20 Plano de Integridade, bem como no PDI, e será enviado à Proinst a solicitação de alteração  
21 desse organograma. Lembrou ainda que a Corregedoria Geral da União (CGU) estabeleceu o  
22 prazo para a publicação na plataforma de Integridade, que teria sido até junho de 2020,  
23 entretanto, em função da pandemia esse prazo foi prorrogado. De acordo com o Auditor da Ufal,  
24 Thiago Sampaio, ainda não foi dada oficialmente uma nova data de prorrogação estabelecida  
25 pela CGU, mas está em contato com o representante da regional de Alagoas em Brasília para  
26 obter essa informação. O Superintendente de Infraestrutura, Dilson Ferreira, posicionou-se  
27 favorável à aprovação do documento. O Magnífico Reitor, prof. Dr. Josealdo Tonholo, sugeriu  
28 que se começasse uma proposta de alteração regimental, o documento, da forma que esta, fosse  
29 aprovado, como versão 1.0 e marcaria um prazo para retorno. Com a palavra, a Vice-Reitora,  
30 prof<sup>a</sup> Dra. Eliane Cavalcanti demonstrou preocupação em relação ao plano de integridade, a  
31 proposta de atualizar o organograma via Siorg, visto que não regimentou ainda os *Campi* fora de  
32 sede e, além disso, houve uma mudança significativa nas estruturas da Ufal, e, dessa forma, a  
33 mudança não seria referendada pelos documentos internos, principalmente o Regimento da Ufal.  
34 Em concordância com a fala da Vice- Reitora, o Diretor do NTI, prof. Dr. Reinaldo Cabral,  
35 sugeriu que fossem feitos os ajustes necessários sem causar impactos à comunidade, colocando



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**COMITÊ DE GOVERNANÇA GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE**

---

36 uma imagem da estrutura organizacional no documento, gerado pelo Siorg e legitimado pelo  
37 Governo Federal, embora não tenha sido amplamente discutido, minimizando possíveis  
38 problemas. O chefe de Gabinete, Ubirajara Oliveira, destacou a necessidade de se ter uma  
39 apropriação e conhecimento das informações contidas no relatório emitido pela comissão que  
40 tratou do SIORG, antes mesmo de qualquer providência. O Pró-Reitor de Gestão Institucional,  
41 prof. Dr. Renato Miranda, informou que a versão preliminar já está à disposição para  
42 conhecimento, já foi encaminhada ao Gabinete da Reitoria e serão feitos os ajustes para ser  
43 publicado em site. Com a palavra, o auditor Thiago sugeriu deliberar sobre o Plano de  
44 Integridade, publicá-lo e os ajustes, caso necessários, seriam feitos ao longo do tempo, sendo  
45 mais prudente, com vistas a evitar alguma recomendação mais gravosa por parte da CGU, caso  
46 demore a sua publicação. Também ressaltou que nada obsta que durante a execução do plano se  
47 façam ajustes, uma vez que o plano prevê monitoramento e atualização periódica. O prof.  
48 Melchior demonstrou preocupação quanto à estrutura organizacional existente que não será  
49 necessária uma mudança substancial, apenas ajustes de maneira que a simplificação da  
50 informação gráfica dê uma ideia direta ao leitor de que a estrutura da Ufal contempla todos os  
51 setores do organograma. Dando sequência à reunião, foram feitos os ajustes no item referente ao  
52 Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC do plano de integridade.  
53 Após discussões e sugestões, o prof. Tonholo deliberou para votação e o Plano de Integridade foi  
54 aprovado, com as modificações feitas, também com a necessidade de circular por todos os  
55 setores envolvidos e recolher sugestões de alteração no prazo de 60 dias, inclusive adequar ao  
56 novo mapa do SIORG. Na sequência, em resposta à pergunta do prof. Melchior sobre o  
57 expediente a ser utilizado para aprovar o Plano de Integridade, o Auditor Thiago Sampaio  
58 recomendou o expediente portaria, citando a ata da reunião do Comitê de Governança. O  
59 Magnífico Reitor, com a palavra, solicitou ao prof. Melchior que enviasse por e-mail e  
60 memorando circular, oficiando principalmente os diretores de unidades, sobre a disponibilidade  
61 do documento em site. **4. EXPOSIÇÃO DA AUDITORIA GERAL DA UFAL SOBRE O**  
62 **PASSIVO DA UFAL JUNTO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE DA UNIÃO (THYAGO**  
63 **SAMPAIO).** O Chefe de Gabinete, Ubirajara Oliveira, fez uma introdução à apresentação do  
64 Auditor, explicando os motivos pelos quais fez o pedido ao Auditor Thiago Sampaio pra fazer a  
65 referida apresentação, após reuniões iniciadas com os setores vinculados ao GR, dentre eles a  
66 Auditoria. Explicou que tem se preocupado com as reclamações das Pró-Reitorias sobre as  
67 cobranças dos órgãos de fiscalização e da Auditoria referente às informações a serem prestadas.  
68 Buscando entender a situação, bem como forma com que a Universidade tem o comportamento  
69 reiterado de não cumprir os prazos para prestar informações aos órgãos internos e externos de  
70 controle, solicitou ao Auditor Geral que fizesse uma apresentação ao comitê sobre o papel da  
71 Auditoria geral interna e dos órgãos de fiscalização internos e externos, como funciona e como  
72 manter a relação entre a Ufal e esses sistemas de controle e fiscalização. Com a palavra, o  
73 Auditor Geral, Thiago Sampaio apresentou por meio de *slides* toda a estrutura dos órgãos de  
74 controle até chegar ao que ele chama de passivos da Auditoria, explicando todo o  
75 monitoramento e as origens de demandas dos órgãos de controle (TCU e CGU com maiores  
76 demandas e Auditoria Geral, MPF, MEC, PF, entre outros), todo o procedimento de ação durante  
77 as auditorias e finalização com relatório de auditoria com as recomendações (CGU e AG) ou  
78 Acórdãos determinações e recomendações (TCU), monitoramento do atendimento pela Ufal. O



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**COMITÊ DE GOVERNANÇA GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE**

---

79 auditor explicou que sua missão na apresentação é sensibilizar, principalmente quem está no  
80 comando de unidades e setores no âmbito da Ufal, no sentido de envidar esforços para diminuir  
81 os passivos, que nos últimos monitoramentos expressa uma quantidade significativa de  
82 recomendações monitoradas pelos órgãos de controle, além de estreitar um canal de diálogo já  
83 estabelecido ente a AG e os setores da Ufal, no intuito de atender as recomendações e  
84 determinações. Por fim, deixou claro que a AG é um órgão de assessoramento, parceiro da  
85 gestão, porém tem a missão de monitorar o que esses órgãos de controle determina e /ou  
86 recomenda para a Ufal, que ao comunicar a esses órgãos proporcione à gestão um grau de  
87 atendimento que garanta à universidade, *a posteriori*, não ter sanções de quaisquer órgãos de  
88 controle à Ufal, principalmente aos seus gestores. Na sequência, o Magnífico Reitor agradeceu a  
89 parceria do Auditor Geral, Thiago Sampaio, à frente da Auditoria Geral e pelo seu  
90 comprometimento, e disse que se sente confortável com seu trabalho de assessoramento, com seu  
91 perfil técnico e competente, além disso, ressaltou os avanços obtidos em seis meses de gestão, a  
92 exemplo do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes, melhorando os índices em relação  
93 às respostas à auditoria. Lembrou ainda que é necessário estar atento às demandas como os  
94 passivos levantados pelo auditor, que devem ser levados à ordem do dia. O prof. Tonholo frisou  
95 que é preciso manter um diálogo com todos os setores da universidade, com vistas a garantir os  
96 atendimentos de auditoria de modo a estar em dia com os órgãos de controle, respondendo com  
97 qualidade e responsabilidade, dentro das possibilidades, negociando com polidez junto a esses  
98 órgãos. Lembrou ainda que, caso não sejam dadas as respostas perde-se a credibilidade e todo o  
99 direito de negociar, por isso, é necessário responder com dados completos, em tempo real, e não  
100 pode abrir mão de estar em dia com os sistemas de controle. A palavra foi passada ao  
101 Superintendente da Sinfra, prof. Dr. Dilson Ferreira, que ressaltou o relatório do TCU, o qual  
102 cita algumas ações que dependiam da Reitoria, como é o caso do Museu de História Natural  
103 (MHN), que tinha sido cedido uma parte ao Governo do Estado, e este ao sair do local, deixou-o  
104 em total abandono. O Gabinete da Reitoria, ainda na gestão anterior, foi acionado e pediu para  
105 fazer uma reforma que envolveria o IPHAN, porém não foi cumprida. Embora o gestor tenha  
106 executado a ação, foi citado no relatório. O prof. Dilson concordou com o Auditor em definir os  
107 fluxos para deixar claro na resposta que o gestor tomou providências, porém, por algum motivo,  
108 não foi executado, ou deixar claro que depende de uma instância superior. Ele destacou ainda  
109 que a maioria das ações referente à infraestrutura apresentada na planilha pelo Auditor vem de  
110 2009 até 2017, e, após esse período, vem mantendo um importante diálogo com a Auditoria  
111 Geral. Citou ainda uma ocasião em que em uma das auditorias estavam sendo solicitadas as  
112 ações que já haviam sido atendidas, embora ainda constassem como pendências na CGU. Com a  
113 ajuda da AG, foi deletado e retirado do sistema da CGU, resolvendo a situação. O  
114 Superintendente da Sinfra finalizou sua fala solicitando atenção ao fluxo. Na sequência, o Pró-  
115 Reitor e Extensão, o prof. Dr. Clayton Silva parabenizou a apresentação do Auditor Geral,  
116 Thiago Sampaio, e lembrou a todos que tudo resvala no comprometimento do CPF dos que estão  
117 à frente da gestão. Portanto, prestar informações com serenidade é importante, e com prioridade.  
118 Finalizou salientando que é preciso estar atento à Lei de Acesso à Informação, pois como gestor  
119 não é possível ficar alheio, visto que as demandas podem partir de qualquer lugar e, por mais  
120 absurdas que possam parecer, é obrigação dos gestores responder. Ressaltou, por fim, a  
121 importância da transparência e probidade do gestor, além do CPF. Com a palavra, o Chefe de



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**COMITÊ DE GOVERNANÇA GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE**

---

122 Gabinete solicitou ao Auditor mais esclarecimentos em alguns pontos. Como primeiro ponto,  
123 solicitou mais ênfase aos prazos e lembrou que em reunião, o próprio auditor explicou que há um  
124 prazo e existe a possibilidade de solicitação de dilação do prazo, mas infelizmente, os setores e  
125 órgãos que são demandados a responder deixam o prazo vencer para só então informar que  
126 deveria ter sido pedido dilação do prazo. Dessa forma, sempre demonstra junto a CGU, uma  
127 certa dificuldade quando a Ufal solicita prorrogação do prazo. Lembrou ainda que ao fazer isso,  
128 a responsabilidade de solicitação de dilação de prazo recai sobre o Reitor, pois é emitido pelo  
129 GR, e não o demandado. O segundo ponto a esclarecer é sobre o quantitativo de passivos da  
130 Ufal. Estes são de 2009 até os dias atuais, ou há antes desse período? O terceiro e último ponto  
131 é: quem sucede os cargos, passa a ter esses passivos sobre a sua responsabilidade a partir de sua  
132 nomeação? Caso não sejam aplicadas as recomendações e recomendações, os sucessores dos  
133 cargos da gestão anterior passam a figurar como partícipe dessa possível punição de multa ou  
134 qualquer outra mais grave, ou seja, a sucessão também se dá na responsabilização dos fatos  
135 quando o setor envolvido toma ciência, porém não busca resolver com as ações recomendadas ou  
136 determinadas? Retomando a palavra, o Auditor Geral reiterou e ilustrou a fala do prof. Dilson e  
137 do prof. Clayton sobre recomendações e determinações que dependem de uma instância superior  
138 e não somente do gestor do setor envolvido. Como exemplo, o Auditor Thiago Sampaio citou o  
139 fato de a Ufal não ter um plano de logística sustentável, embora a AG venha monitorando desde  
140 2014. A Sinfra enviou documento ao GR, na antiga gestão, solicitando que fosse instituída a  
141 comissão e isso demorou bastante. Analisando a situação fática, a demanda para ter andamento  
142 saiu da Sinfra, que adotou as medidas necessárias naquele momento, ilustrando que não raras as  
143 vezes o atendimento àquela demanda não depende do gestor, que foi notificado, mas que a AG  
144 tem em seus bancos de dados que a atribuição seria daquele gestor, porém, como não tem um  
145 sistema interno, faz primeiro as planilhas eletrônicas e ao longo do tempo, verifica a necessidade  
146 de ajustes. Sobre o comprometimento do CPF, é necessário sim preocupar-se e citou exemplo de  
147 uma ação realizada pela PF, com o auxílio da CGU, sobre a UFPR que indiciou a Auditora  
148 Geral interna por não ter auditado as contratações feitas indevidamente por outro setor,  
149 ressaltando todo o desgaste de todos os envolvidos no caso. Portanto, o Auditor sugere, para  
150 proteger o CPF do gestor, sempre formalizar os atos praticados. Em resposta ao Chefe de  
151 Gabinete, Ubirajara Oliveira, explicou como é feito todo o fluxo, desde o momento em que  
152 recebe as demandas dos órgãos de controle, informando ao GR e já notifica o setor responsável  
153 e, com frequência, uma resposta não é apresentada dentro do prazo ou é pedido uma prorrogação  
154 depois que já expirou o prazo. Ele sugeriu que o setor entre em contato com a AG e citou o  
155 exemplo da boa prática do Pró-Reitor Estudantil, prof. Dr. Alexandre Marques tentou resolver o  
156 problema, mas sem previsão de conseguir resolver até o prazo determinado, solicitou  
157 prorrogação antes de o prazo expirar. Ele ressaltou a importância de atendimento no prazo, e por  
158 conta da pandemia de covid-19, o fluxo foi alterado, encaminhando tudo por e-mail, mas o  
159 normal é cadastrar processo no Sipac, e tramitar para os setores envolvidos. O Auditor solicitou  
160 que, ao receber os e-mails, os setores deem a máxima brevidade na apresentação das respostas ou  
161 no pedido de prorrogação dos prazos, sempre antes de o prazo expirar e com a data proposta de  
162 dilação que o setor precisa para atender a demanda. Em relação aos passivos, Thiago explicou  
163 que não são só de 2019, inclui todos os exercícios. As auditorias em relação às obras são de 2011  
164 e 2014, com recomendações e determinações. O que tem de passivo são da CGU, TCU, MEC e



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**COMITÊ DE GOVERNANÇA GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE**

---

165 AG. No que diz respeito à sucessão e a responsabilidade pelo cumprimento ou descumprimento  
166 das recomendações e determinações, os órgãos de controle têm feito incluir o nome dos atuais  
167 gestores como corresponsáveis, se eventualmente haja omissão devidamente comprovada com  
168 atos ilegais, omissos ou ineficazes. Como exemplo, citou o caso do acórdão de 2020 que julgou  
169 regulares com ressalvas as cotas de 2017, caso a atual gestão não adote providências para sanar  
170 essa situação tanto os gestores antigos quanto os atuais serão corresponsáveis. No julgamento  
171 também de futuras contas, os responsáveis serão os gestores da época e os atuais que deixaram  
172 de atuar para atender àquela providência. O Reitor perguntou se há alguma universidade que  
173 tenha no sistema coletivo para fazer o acompanhamento das ações de controle. O auditor  
174 informou que o sistema federal de controle interno do Poder Executivo federal é gerido pela  
175 CGU e está disponibilizando para todas as unidades de auditoria interna. O sistema da CGU e  
176 monitoramento das recomendações e determinações serão realizados por meio deste sistema da  
177 CGU, que já foi publicado, mas não totalmente implantado. A AG também vai inserir nesse  
178 sistema o passivo do TCU, da AG e do ME. Salientou que o da CGU já está inserido, dessa  
179 forma, a Auditoria da Ufal poderá monitorar melhor. Thiago Sampaio explicou que o TCU está  
180 em vias de disponibilizar, por meio do sistema do Conecta, um alerta de passivo. Enquanto isso  
181 não acontece, já que a previsão de implantação é até o final do ano de 2020, o auditor está  
182 utilizando o sistema da CGU. O Magnífico Reitor perguntou ao Auditor se alguma universidade  
183 tem um sistema próprio de acompanhamento e de controle. O auditor respondeu que a maioria  
184 das universidades usa as mesmas planilhas que utilizamos e algumas utilizam o Sipac, que tem o  
185 módulo de controle e outras usam o sistema da Conab. O Chefe de Gabinete perguntou também  
186 ao auditor como os gestores poderiam ter acesso para acompanhar a parte que cabe a cada um  
187 deles, se existe algum módulo que dê acesso às partes para responder por cada unidade interna.  
188 O auditor informou que existe a possibilidade de cadastrar diversos usuários de acesso ao  
189 sistema do TCU e da CGU, um para cada usuário que ocupe um cargo de gestor, entretanto pelo  
190 que viu em outras universidades e também teve conhecimento por parte de outros titulares, de  
191 auditorias internas, isso pode levar a um descontrole do acompanhamento. Ele explicou como  
192 funciona: a AG recebe a demanda dos órgãos de controle, notifica os diversos setores, recebe as  
193 informações destes e entrega os órgãos de controle. De outra forma seria: algum servidor de  
194 assessoramento da gestão teria a senha de acesso. O auditor sugere que os gestores tenham a  
195 senha de acesso para todos os gestores para acompanhamento da evolução, mas que esse controle  
196 fosse designado e centralizado em uma única Unidade, pois teria uma visão do todo. O Auditor  
197 deixou a critério da gestão e do Comitê desenhar o melhor formato para operacionalizar. O prof.  
198 Renato contribuiu informando que na Proinst um servidor foi designado para acompanhar em  
199 uma planilha o monitoramento das demandas que vêm da AG e de outros órgãos de controle e  
200 sugeriu que se fizesse um padrão comum a todas às Pró-Reitorias, com relação às respostas.  
201 Dando sequência, a Pró-Reitora de Pesquisa e Extensão, Iraildes Assunção, parabenizou a  
202 apresentação do Auditor e agradeceu o apoio junto a CGU com relação aos prazos, muitas vezes  
203 exíguos, e destacou que tem sido atendida as solicitações de prorrogações de prazos. Explicou  
204 que a Propep tem atendido às solicitações com planilhas sendo organizadas pelas secretárias do  
205 setor, compartilhando com as coordenações e organizando para não perder os prazos. Além  
206 disso, espera superar as expectativas ao responder os questionamentos da CGU em reuniões  
207 agendadas com a Procuradoria. Com a palavra, o Pró-Reitor de Gestão de Pessoas e do Trabalho,



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**COMITÊ DE GOVERNANÇA GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE**

---

208 Wellington Pereira, também parabenizou o Auditor pelo seu trabalho à frente da AG e  
209 questionou sobre o Acórdão que veio do TCU recentemente, dirigido ao GR, ao Reitor. Na  
210 ocasião, ele questionou porque o acórdão foi emitido em nove de junho do corrente ano e no dia  
211 seguinte foi encaminhado ao DAP para cumprimento. Questionou sobre o prazo de 15 dias para  
212 recurso, posto no ofício, e a quem só caberia apresentar aquele recurso seria o destinatário, neste  
213 caso o Reitor. Na ocasião, foi informado que o GR não tinha tomado conhecimento. Ficou com  
214 receio de que acontecesse o mesmo que na gestão passada, em que o prazo foi perdido para  
215 recurso. Ele perguntou se em situações em que o Acórdão vem dirigido ao Magnífico Reitor, não  
216 seria o ideal que o Auditor, ao tomar conhecimento, encaminhasse diretamente ao Reitor  
217 informando sobre a possibilidade de recurso, a quem caberia cada situação. Desse modo, o Pró-  
218 Reitor Wellington Pereira perguntou ao Auditor se não seria o ideal, já que a notificação vem  
219 para o Reitor, que este distribuisse sob orientação do auditor, os encaminhamentos dados para  
220 ser analisada a possibilidade de recorrer ou não, em relação às situações de pessoal. O Chefe de  
221 Gabinete interveio com uma questão de ordem e explicou que a notificação é para o Gabinete do  
222 Reitor, este é notificado por meio do e-mail institucional, e o Reitor em seu e-mail institucional,  
223 mas é preciso também ter acesso ao sistema do TCU. Simultaneamente, o auditor e o Reitor são  
224 comunicados para que as providências preliminares que precisam ser levantadas sejam realizadas  
225 e assim o Reitor tenha condições de tomar uma decisão. As informações devem ser levantadas  
226 também pelo Departamento de Administração de Pessoal. Como órgão de assessoramento, o  
227 DAP também tem que fazer esse levantamento imediatamente e levar as situações ao GR. O  
228 Chefe de Gabinete explicou ainda que o DAP não poderia tomar a decisão e nem o Auditor  
229 mandou dar cumprimento no caso do Acórdão recente em questão. Pediu apenas que desse  
230 andamento às informações. O prof. Josealdo Tonholo ressaltou que o acesso ao Conecta TCU é  
231 limitado a alguns setores da Ufal e outro agravante é não ter o histórico de todas as auditorias da  
232 Ufal. Seria necessário ter uma base única de todos os documentos relacionados às auditorias para  
233 consulta, um banco de Acórdãos e de jurisprudência relacionados a eles, deixando mais eficiente  
234 o procedimento e diminuindo os riscos, tanto em relação aos Acórdãos vigentes quanto aos  
235 anteriores de outras gestões. Retomando a palavra, o Pró-Reitor Wellington Pereira explicou que,  
236 ao referir-se ao Acórdão, não tinha a intenção de causar polêmica e sim dar um melhor  
237 encaminhamento à situação, tendo em vista os prazos dados pelo TCU. O Auditor salientou que  
238 entende a preocupação dele, e explicou que ao receber o Acórdão já comunica ao DAP,  
239 oficiando por e-mail com cópia pra o GR. Além disso, ao solicitar a auditoria, inclui o  
240 documento de origem e solicita as providências adotadas. Ressaltou ainda que a Auditoria não  
241 faz as vezes dos órgãos de controle, determinando a ação, e sim solicitando esclarecimentos  
242 quanto às providências adotadas, no caso dos Acórdãos e, em específico o mais recente, o  
243 recurso foi uma providência adotada. Expressou sua preocupação em alterar o fluxograma, e ao  
244 consumir tempo, esgotar o prazo. Par encerrar a discussão sobre o item em questão, o Magnífico  
245 Reitor agradeceu mais uma vez e sugeriu que fosse realizada uma reunião com os Diretores de  
246 Unidade sobre o mesmo tema, a fim de envolvê-los mais. O auditor se propôs a realizar a  
247 reunião. **5. ASSUNTOS GERAIS/ENCERRAMENTO - A) PROGRAMA DE**  
248 **ACESSIBILIDADE DIGITAL MEC/RNP - REINALDO** O prof. Tonholo solicitou ao Pró-  
249 Reitor Alexandre Marques que fizesse uma exposição dos avanços na reunião do dia anterior  
250 com o MEC. O prof. Alexandre explicou que a reunião teve a presença dos reitores das



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**COMITÊ DE GOVERNANÇA GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE**

---

251 Instituições Federais do Nordeste, de diversos Pró-Reitores Estudantis e de diversos Diretores de  
252 Núcleos de Tecnologia da Informação das Universidades. Nessa reunião foi apresentado um  
253 resumo da coletiva de imprensa dada pelo Ministro de Educação e os procedimentos a serem  
254 realizados. A primeira ação é a aprovação do retorno do ensino remoto pelas instituições. São 44  
255 instituições que estão com as atividades em andamento ou já esperam o seu retorno nos próximos  
256 dias. De acordo com as informações, a orientação é para preencher o termo de adesão que foi  
257 publicado e encaminhar para o MEC, com os dados e informações solicitados sobre os  
258 estudantes, para alimentar um possível banco de dados. Existe a possibilidade de dentro de duas  
259 semanas tudo ser finalizado e a partir de primeiro de setembro ter a tramitação. O prof.  
260 Alexandre explicou que foi citada na reunião a dificuldade de entrega dos *chips* aos alunos pelos  
261 Correios, com a possibilidade de greve destes, entretanto o MEC frisou que a logística de entrega  
262 dos *chips* aos alunos é de responsabilidade da instituição. Também não foi sinalizado na reunião  
263 qual será o tempo demandado desde o fornecimento das informações pelas instituições sobre os  
264 estudantes até o recebimento do chip para que a distribuição seja realizada pelas instituições. O  
265 prof. Alexandre sugeriu abrir um edital antecipadamente, tendo em vista o tempo necessário de  
266 captação interna dos dados estudantis, e deixando claro no edital a vinculação à aprovação da  
267 minuta pelo Consuni, para que a Proest já possa ter as informações básicas coletadas na tentativa  
268 de reduzir o tempo da publicação do edital da Ufal em relação ao tempo de informação a serem  
269 prestadas ao MEC. O prof. Alexandre informou que na reunião foi ratificada a faixa salarial de  
270 até meio salário mínimo, com margem de até onze mil, duzentos e oitenta e quatro estudantes  
271 aptos a serem contemplados e, segundo ele, talvez a Ufal não tenha uma procura até esse  
272 quantitativo, desse modo, questiona se seria possível migrar as sobras para outra faixa salarial,  
273 caso não atinja o contingente. Por fim, explicou que na reunião foi informado que as operadoras  
274 de telefonia seriam a Claro, como operadora principal, e a OI, dando suporte para as localidades  
275 onde a operadora principal não atender. O prof. Clayton, Pró-Reitor da Proex, fez um apelo para  
276 que na próxima matrícula seja implementado o cadastramento, não só dos bolsistas, mas de  
277 todos os estudantes, obrigatoriamente, visto que não se tem dados confiáveis dos estudantes da  
278 Ufal. O Magnífico Reitor expressou sua preocupação em lançar um edital, mesmo que  
279 consultivo, antes da reunião do Consuni, pois pode haver implicações. O melhor procedimento  
280 seria fazer um relato da situação do MEC na Câmara Acadêmica, que levaria ao Consuni o  
281 relatório a ser submetido com a sugestão de a Proest já fazer a captação das informações, antes  
282 da aprovação da minuta do edital pelos conselheiros do Consuni/Ufal, o que foi aprovado. O  
283 prof. Josealdo Tonholo, agradeceu a participação e o trabalho desenvolvido pelo Diretor do NTI,  
284 juntamente com outras quatro universidades, desde a origem da concepção do programa do  
285 MEC. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais nada a tratar, às 13h, o Magnífico Reitor, prof.  
286 Josealdo Tonholo, agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião, cuja Ata, lavrada por  
287 mim, Cristina Soares Souto, Secretária Executiva do Gabinete da Reitoria, será lida e submetida  
288 à aprovação, na próxima reunião, para então ser assinada.